

A CONTRIBUIÇÃO DAS RENDAS DO TRABALHO E DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA PARA A QUEDA DA DESIGUALDADE NAS ÁREAS URBANA E RURAL DO BRASIL : 2004-2008¹

João Bertoni Neto

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina e mestrando em Economia Aplicada na Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: neto_siq@msn.com

Solange de Cassia Inforzato de Souza

Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Educação: história, política, sociedade pela PUCSP.

E-mail: solangecassia@uol.com.br

Carlos Roberto Ferreira

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: robert@uel.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo avaliar o efeito das políticas de transferências de renda e de mercado de trabalho na desigualdade brasileira nos âmbitos urbano e rural, nos anos de 2004 a 2008. Para essa análise, utilizou-se os registros dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 a 2008, e a técnica de decomposição do índice de Gini efetuada por Ferreira(2003) e Ferreira; Souza(2008,2010). Com os resultados obtidos, verificam-se diferenças e semelhanças no comportamento dos elementos formadores da renda pessoal nas áreas urbana e rural. A renda do trabalho contribuiu para diminuir a desigualdade na área urbana, mas colaborou para a concentração de renda na área rural; as rendas derivadas das aposentadorias e pensões contribuíram para concentrar renda nas duas áreas da pesquisa, assim como as transferências condicionadas de renda contribuíram para a redução da desigualdade em ambos os setores rural e urbano no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade de renda, mercado de trabalho, programas de transferência condicionada de renda.

THE CONTRIBUTION OF LABOR INCOME AND OF PROGRAMS OF INCOME TRANSFERS FOR THE FALL OF INEQUALITY IN URBAN AND RURAL AREAS OF BRAZIL: 2004-2008

Abstract: *This article aims to evaluate the effect of policies on income transfers and the labor market in Brazilian inequality in urban and rural areas, between the years 2004 to 2008. For this analysis, the research procedures used were the research literature and*

¹ Recebido em 04/03/2011. Liberado para publicação em 29/05/2012.

documents, and the database used was the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) from 2004 to 2008, and the technique of decomposition of the Gini coefficient made by Ferreira (2003) and Ferreira; Souza (2008, 2010). With these results, there are differences and similarities in the behavior of the formative elements of personal income in urban and rural areas. The labor income has contributed to reducing inequality in urban areas, but contributed to the concentration of income in rural areas, incomes derived from retirement and pension income contributed to focus on two areas of research, as well as conditional cash transfers have contributed to reducing inequality in both rural and urban sectors in Brazil.

Keywords: *Income inequality, labor market, programs of conditional income transfers.* **JEL Classification:** *I32, I38, J08.*

Introdução

O Brasil está entre os países que apresentam uma das maiores desigualdades na distribuição de renda do mundo. Segundo Ramos e Mendonça (2005), entre cerca de 120 países que se têm informações sobre a desigualdade na distribuição de renda, o Brasil está entre os primeiros. Porém, destacam os autores, o país está entre os países mais ricos do mundo, o que pode ser retratado pela expressão de que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”, evidenciando a má distribuição de renda no país.

Quando se compara o Brasil com outros países, Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006) apontam que em relação aos 124 países que se têm dados sobre a desigualdade na distribuição de renda, mesmo com 64% dos países apresentando renda *per capita* menor que a brasileira, apenas 43% possuem renda média dos 20% mais pobres da população menor que o Brasil.

A revisão da literatura sobre o assunto indica que as mudanças da desigualdade podem ser estruturais ou compensatórias. Para Neri (2007), as primeiras correspondem às mudanças que apresentam retornos mais permanentes, como ocorreu na década de 90: reformas trabalhistas, ampliação da educação, abertura econômica, reforma administrativa e privatizações. São modificações que apresentaram custos para o mercado de trabalho no curto prazo, mas resultados positivos no longo prazo. Já as últimas, são as mudanças macroeconômicas e políticas de transferência de renda, que apresentam efeitos no curto prazo.

No período recente, destacam-se a valorização da taxa de câmbio, como mudança compensatória, que atua como uma inflação pró-pobre – queda na inflação dos mais pobres em relação à inflação do restante da sociedade, contribuindo para

diminuir a desigualdade na distribuição de renda e aumentar o bem-estar social; a política de salário mínimo, responsável pelo crescimento do salário real em 94% entre os anos de 1995 a 2006; mudanças nos programas de transferência de renda relacionados à Previdência Social; e o crescimento dos programas de transferência de renda a partir de 2000, quando foi criado o Fundo de Erradicação da Pobreza, como ação do governo federal em municípios com baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e os programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família.

Diante disso, o objetivo deste artigo é avaliar o efeito das políticas de transferências de renda e de mercado de trabalho na desigualdade brasileira nos âmbitos urbano e rural, nos anos de 2004 a 2008. Assim, apresenta-se a evolução da distribuição e desigualdade de renda no Brasil, as políticas de mercado de trabalho e os principais programas de transferências de renda do país, e por fim, a decomposição da renda domiciliar *per capita* e a contribuição de seus componentes para diminuir e/ou aumentar a desigualdade brasileira.

1. Distribuição de renda no Brasil: antecedentes e o debate atual

A literatura econômica recomenda a distinção entre a distribuição funcional da renda e a distribuição pessoal da renda. A primeira é resultado da distribuição da renda total pelos fatores de produção, capital e trabalho; já a segunda, enfatiza a repartição da renda total entre todos os indivíduos, versão utilizada neste estudo.

Historicamente verifica-se um aumento da desigualdade de renda entre as décadas de 1960 e 1970, assim surgindo vários estudos para se tratar o tema. Dividem-se os estudos sobre esse tema em duas correntes. Para a primeira, o aumento da desigualdade foi uma consequência natural devido ao crescimento acelerado do período com os desequilíbrios temporários no mercado de trabalho, devido ao viés tecnológico na relação entre capital e qualificação, que gera uma desarmonia entre aumento da demanda e da oferta de mão-de-obra qualificada, sendo a educação o principal fator para explicar essa desigualdade. Na segunda corrente, o crescimento da desigualdade é resultado das políticas econômicas adotadas no período (RAMOS e MENDONÇA, 2005).

De acordo com Lacerda (1994), entre 1960 e 1970, o coeficiente de Gini aumentou cerca de 14%, saltando de 0,499 para 0,556. Para o autor, a falta de mão-de-obra qualificada – medida pela variável educação – foi o principal fator da

elevação da desigualdade, ampliando a diferença entre salários, sobretudo no sudeste do Brasil. Esse aumento da desigualdade também se deve ao modelo de desenvolvimento adotado no país, baseado no Processo de Substituição de Importações (PSI), que implicava em concentração de renda, pois com a produção de bens de consumo duráveis, era necessário uma demanda para esses produtos. Com isso, o acelerado crescimento da economia brasileira, acabou gerando uma desigualdade na distribuição de renda.

Na segunda metade dos anos 80, com a intensificação dos estudos sobre a desigualdade de renda no Brasil, são apontados diversos fatores que podem gerar diferenças de salários e conseqüente aumento da desigualdade. Primeiro, salários maiores estão relacionados com maior compensação dos trabalhadores devido às diferenças nos postos de trabalho, mesmo que esses postos sejam ocupados por trabalhadores que apresentem o mesmo potencial produtivo; segundo, as diferenças salariais provêm dos diferentes atributos produtivos dos trabalhadores, como educação e experiência; terceiro, devido à segmentação do mercado de trabalho, remunerando trabalhadores com mesmo potencial produtivo de forma distinta, sem critérios explícitos; e, quarto, remuneração distinta de trabalhadores igualmente produtivos por discriminação (RAMOS e MENDONÇA, 2005).

No início dos anos 90, houve uma maior atenção para a influência das variáveis econômicas (como flutuações na demanda e no emprego, inflação e salário-mínimo) sobre a desigualdade de renda. No final da década, a importância passou a ser sobre a orientação do gasto público e seu comprometimento em reduzir a pobreza (RAMOS e MENDONÇA, 2005).

A análise da desigualdade, a partir de 1981, através do coeficiente de Gini², aponta para três momentos distintos. Primeiramente, entre os anos de 1981 e 1989, o coeficiente de Gini aumentou de 0,584 para 0,635; depois teve um período instável até 1993 e, a partir de então, iniciou um processo de queda, principalmente a partir de 2001, atingindo 0,547 em 2008 (IPEA, 2010).

Segundo Arbix (2007), pode-se relacionar a má distribuição de renda no Brasil com os altos índices de inflação, que passou de 80% ao ano em 1980 para 1.500% ao ano em 1990. Esse período ficou marcado também por apresentar uma

² Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (IPEA, 2010).

elevação do grau de escolaridade da força de trabalho, contribuindo para aumentar a desigualdade entre os grupos com diferentes níveis educacionais.

De acordo com Ferreira, Leite, Litchfield e Ulyssea (2006), o aumento da desigualdade na distribuição de renda nos anos 80 está associado ao crescimento da inflação, baixo desenvolvimento educacional da força de trabalho e aumento dos retornos marginais da educação, sendo esses dois últimos fatores responsáveis pelo aumento na desigualdade e consequente desigualdade da renda domiciliar *per capita*.

Segundo os autores, a partir de 1993 ocorreu o oposto, contribuindo assim para a queda na desigualdade. São apontados três fatores importantes para essa redução na desigualdade:

Primeiro, houve uma redução da desigualdade entre grupos educacionais distintos, o que parece advir do declínio prolongado nos retornos da educação. Segundo, este período foi marcado por uma significativa convergência da renda das famílias localizadas em áreas rurais e urbanas. Finalmente, o terceiro fator que deve ser destacado é a expansão da cobertura dos programas governamentais de transferência de renda e a melhoria no seu grau de focalização. Além destes três fatores, cabe destacar o papel da estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real, que eliminou a contribuição da hiperinflação para o aumento da desigualdade (FERREIRA, LEITE, LITCHFIELD e ULYSSEA, 2006, p. 151).

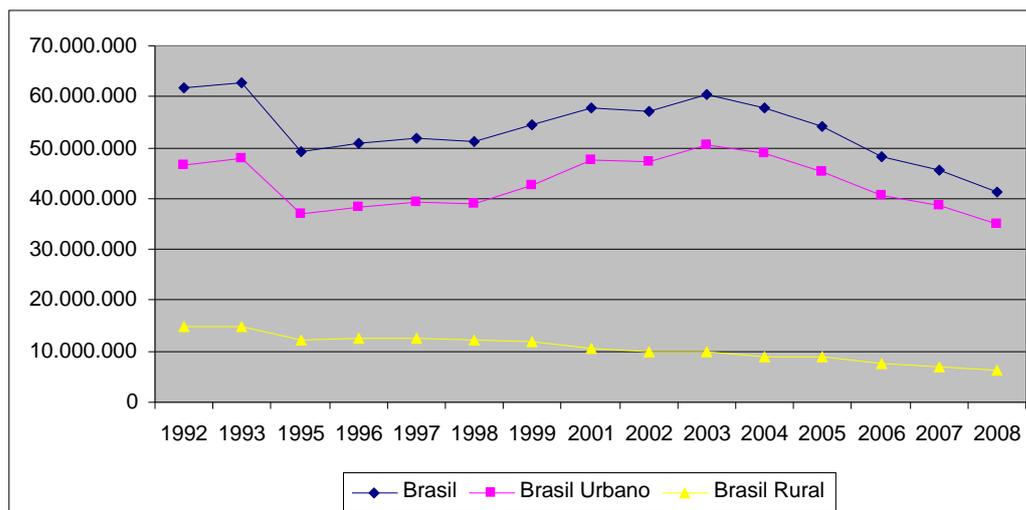
A partir de 1993, o Brasil manteve a inflação baixa, o que contribuiu para intensificar as políticas sociais implementadas desde então. Com isso, nota-se que mesmo apresentando baixo crescimento econômico – como o apresentado pelo Brasil na década de 90 – é possível reduzir a desigualdade e, por conseguinte, avançar no combate à pobreza (ARBIX, 2007). O autor destaca que entre os anos de 2001 a 2005, devido à redução da desigualdade no Brasil, a pobreza caiu 4,5 pontos percentuais, porém, se a desigualdade não tivesse reduzido, a pobreza apresentaria uma redução de 1,2 pontos percentuais. Portanto, nesse período, a redução da desigualdade foi responsável por uma queda de 73% da pobreza e 85% da extrema pobreza.

As figuras 1 e 2 exibem, respectivamente, a evolução do número de pobres e indigentes³ no Brasil. Pode-se perceber que, após um crescimento de pobres no total

³ Define-se com Linha de Indigência o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. A Linha de Pobreza inclui, além do valor desta

e na área urbana durante de 1995 até 2003, esse índice segue declinando desde então, chegando próximo de 41 milhões de brasileiros em 2008. Já o número de pobres na zona rural segue em queda desde 1992.

Figura 1– Número de pobres total e nas zonas urbana e rural – Brasil: 1992-2008



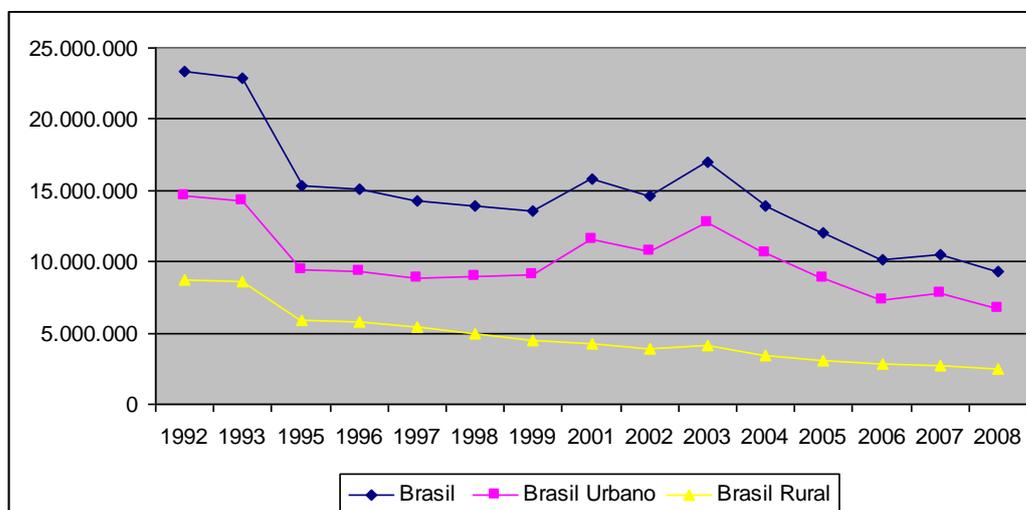
Fonte: elaboração própria a partir de dados do IETS (2010)

Diferente do comportamento do número de pobres, a evolução do número de brasileiros indigentes total depois ter apresentado uma queda entre os anos de 1995 e 1999, cresceu entre 99 e 2003, reduzindo a partir desse ano. Em relação aos setores urbano e rural, enquanto no primeiro o número de indigentes permaneceu inalterado durante 95 e 99, aumentou entre 99 e 03 e caiu de 03 a 08, no segundo, o número de indigentes só apresentou declínio durante todo o período.

Figura 2 – Número de indigentes total e nas zonas urbana e rural

cesta alimentar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês (IETS, 2010).

Brasil: 1992-2008



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IETS (2010)

Segundo Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2007), a diminuição da desigualdade na distribuição de renda é importante para se reduzir a pobreza. Porém, para se reduzir a pobreza é necessário que haja crescimento da renda dos mais pobres. Para os autores, existem dois instrumentos para se reduzir a pobreza, o primeiro é o crescimento balanceado da economia, aumentando a renda dos indivíduos de todas as classes e, o segundo método, é quando mesmo sem ocorrer crescimento, se reduz a desigualdade elevando a renda dos pobres. A diferença entre os dois instrumentos é que, enquanto o primeiro permite o crescimento da renda de pobres e ricos, o segundo eleva a renda dos mais pobres e reduz a dos mais ricos.

Segundo Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2006), a desigualdade de renda no Brasil é a menor nos últimos 30 anos, porém, mesmo com essa queda, a desigualdade ainda é elevada. Apenas 1% da população mais rica do país possui a mesma renda que os 50% mais pobres, já os 10% mais ricos da população detêm mais de 40% da renda, enquanto que os 40% mais pobres ficam com 10% da renda total.

A despeito da elevada disparidade de renda que persiste na sociedade brasileira, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), apontam para uma melhor distribuição da renda brasileira nos últimos anos. Néri (2007) mostra que, entre os anos de 2001 a 2005, aumentou de 12,5% para 14,1% a

parcela dos 50% mais pobres da população, mas houve uma queda de 47,2% para 45,1% dos 10% mais ricos, chegando a um dos níveis mais baixos das últimas décadas.

Para a queda da desigualdade de renda recente colaboraram o comportamento do mercado de trabalho e as políticas sociais de transferência condicionada e não-condicionada de renda. É o que se discute na próxima seção.

1.1. Mercado de trabalho e políticas de transferência de renda

Após duas décadas de desestruturação, desde 1999 o mercado de trabalho brasileiro segue em um período de recuperação, marcado pela reestruturação das condições de trabalho. Essa recuperação se deve ao crescimento do setor industrial, alavancado pelo aumento das exportações e diminuição de produtos e serviços importados, e também ao setor terciário, que vem em crescimento.

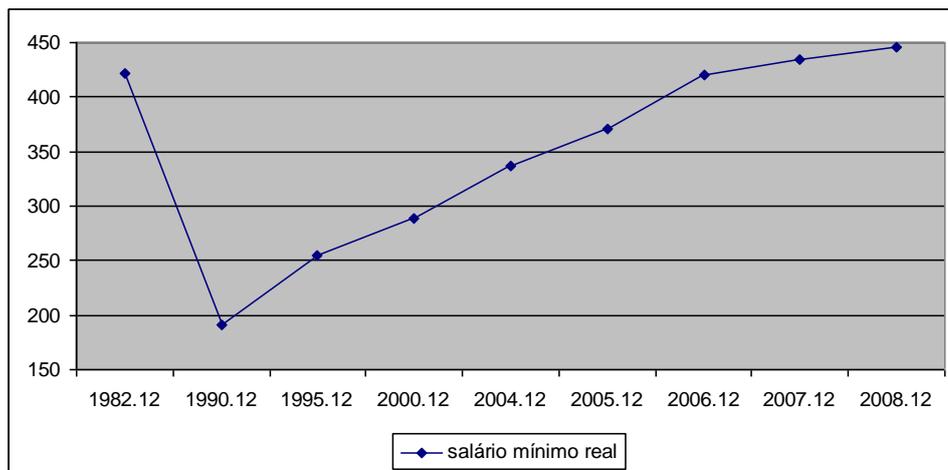
Para Cardoso Jr. (2007), o que permitiu melhoras no mercado de trabalho brasileiro a partir de 1999 foi a expansão do comércio internacional, mesmo acompanhada da adoção pelo governo brasileiro de política econômica restritiva de câmbio semiflutuante, superávits fiscais generosos, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação. O autor também destaca mudanças a partir de 2004, como a redução na taxa de juros interna, a expansão das políticas sociais e descentralização do gasto público social, políticas de expansão do crédito interno, os aumentos do salário mínimo à frente da inflação, ampliação dos programas de apoio e proteção aos trabalhadores acompanhado de melhor gestão do Ministério do Trabalho e Emprego e, também, cita o regime de tributação simplificado para Micro e Pequenas empresas iniciado em 1996.

Essa recuperação do mercado de trabalho brasileiro é percebida quando se analisa o desempenho de três indicadores: desemprego, ocupação e rendimentos. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2004 a 2008 a taxa de desemprego aberto caiu 3,7 p.p (de 13,1% para 9,4%), a população ocupada aumentou 10,4%, passando de 81,2 milhões de pessoas para 89,7 milhões, e o rendimento médio real apresentou um crescimento de 13,68%, aumentando de R\$ 1.067 para R\$ 1.213 (PNAD, 2004-2008).

Em relação às mudanças referentes ao salário mínimo, depois de queda nos anos 80, houve uma recuperação dos salários reais no primeiro governo FHC,

conforme exibe o figura 3 . De acordo com o Boletim do Banco Central do Brasil (1996), esse aumento dos salários reais foi resultado da recuperação da economia em um cenário de baixa inflação, mesmo com a desindexação gradativa dos salários introduzida com a implementação do Plano Real (BRASIL, 1996). Desde então, o salário mínimo real segue em crescimento.

Figura 3 – Evolução do salário mínimo real (em reais) – Brasil: 1982-2008



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (2010)

No tocante às políticas de transferência direta de renda no Brasil, pode se indicar que a sua relevância a partir da década de 90, com o objetivo de enfrentar o desajuste social. O primeiro programa de transferência de renda do país foi o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que fornecia um benefício para os brasileiros acima de 25 anos que não auferiam uma determinada renda (REIS e DAL RI, 2008).

Segundo Medeiros, Britto e Soares (2007a), os dois maiores programas de transferência direta de renda no Brasil são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). O BPC, iniciado em 1995, corresponde a uma transferência de renda para pessoas com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência severa, independente da idade, sendo necessário para obtenção do benefício, que a renda domiciliar *per capita* seja menor que um quarto do salário mínimo.

O Bolsa Família surgiu no final de 2003 e foi instituído por lei no início de 2004, a partir da unificação de programas de transferência de renda já existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação do Fome Zero. É fornecido para famílias que apresentem renda *per capita* inferior a R\$ 60 mensais e famílias de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos que apresentem renda *per capita* menor que R\$ 120 mensais. Os objetivos principais desse programa são aliviar a pobreza no curto prazo e evitar sua transmissão entre as gerações. Diferente do BPC, o PBF exige em contrapartida dos benefícios, compromisso dos beneficiados nas áreas de educação e saúde, como frequência escolar, vacinação das crianças e acompanhamento pré e pós-natal das gestantes e nutrizes [(MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007a); (MDS, 2010a)]. Além desses beneficiários, o governo federal estabeleceu em 2008 o “benefício variável vinculado ao adolescente” e, assim, passou a beneficiar também os adolescentes de 16 e 17 anos que residem nos domicílios que já estão no programa. Com esse benefício, cada jovem nessa faixa etária recebe R\$ 30, podendo ser beneficiados até dois adolescentes por família (TAVARES, PAZELLO, FERNANDES, CAMELO, 2009).

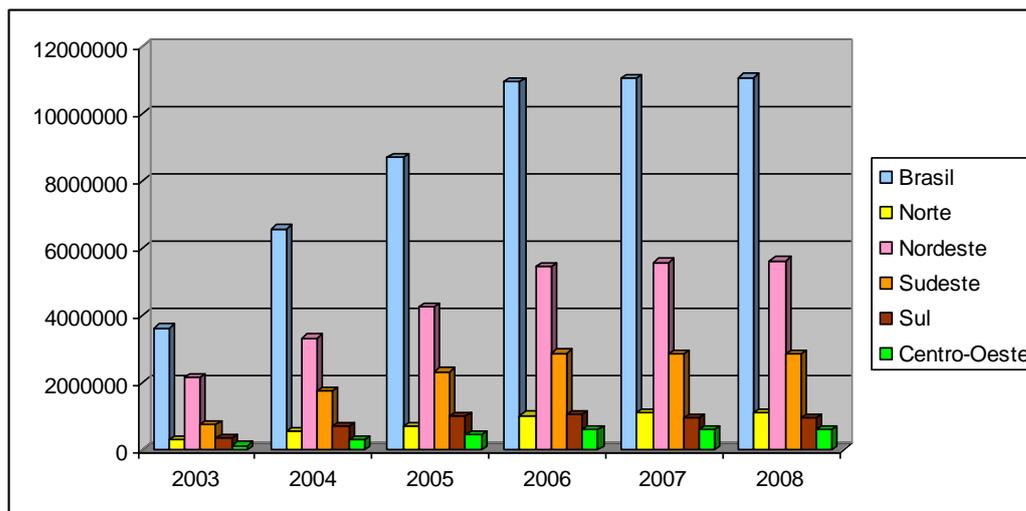
O resultado do Bolsa Família foi que as rendas oriundas de bolsas passaram de 0,95% da renda *per capita* total dos brasileiros em 2001 para 1,77% em 2005, e entre os anos 1995 e 2004, cada ponto percentual dos gastos públicos com transferência de renda condicionada, gerou um aumento de 19,8 vezes maior na renda dos mais pobres que a seguridade social (NERI, 2007).

Como o Bolsa Família é a unificação de outros programas já existentes, ele passou a ser o maior programa de transferência condicionada de renda do Brasil e seu processo de unificação é gradual e ainda continua em curso. Assim, a partir de 2004 vem diminuindo o número de beneficiários de todos os programas, exceto do Bolsa Família, que segue em crescimento (SANTANA, 2007). De acordo com o autor, três meses após o início do Bolsa Família, o programa já era responsável por cerca de 17,7% dos recursos desses programas, e nos anos seguintes só foi crescendo, chegando a corresponder 94,2% dos recursos destinados aos programas de transferência direta de renda.

Na Figura 4 está a evolução do número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família desde sua implementação, em 2003. Os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de 2003 a 2008, apontam, em todos os anos, o Nordeste como a região do Brasil que tem o maior número de beneficiários do Bolsa Família; em 2008 mais da metade do total de beneficiados

eram dessa região, cerca de 50,7% do total (MDS apud SÁTYRO e SOARES, 2009a).

Figura 4 – Evolução das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família
Regiões do Brasil: 2003-2008



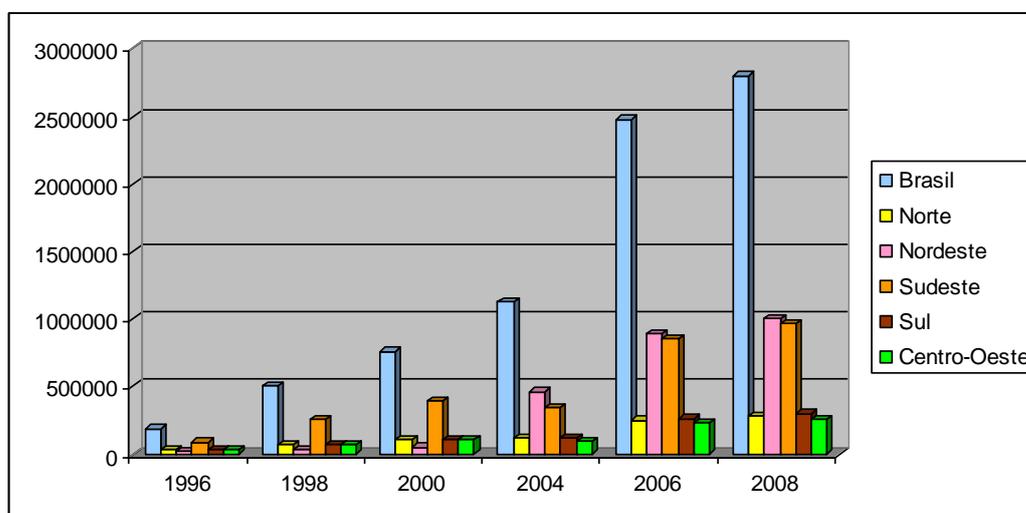
Fonte: MDS apud SÁTYRO e SOARES (2009a)

A região que apresentou o maior crescimento de beneficiários foi o Nordeste, seguido do Sudeste, ambos apresentando uma maior expansão a partir de 2006. De acordo com Sátyro e Soares (2009a), a razão da expansão do número de beneficiários é que a meta inicial do governo federal era atender 11 milhões de famílias. O maior crescimento das regiões Nordeste e Sudeste é acontece por essas serem, respectivamente, a primeira e segunda região do Brasil com o maior número de pessoas pobres e extremamente pobres, além do Sudeste ser a região mais populosa do país.

Assim como foi exposto o número de beneficiários pelo PBF, a figura 5 exhibe o número de beneficiados pelo BPC, já que esses são os dois maiores programas de transferência de renda do Brasil. O gráfico mostra que o Nordeste é também a região que tem o maior número de famílias recebendo o BFC.

Figura 5 – Evolução das famílias beneficiadas pelo BPC
Regiões do Brasil: 1996-2008

queda na desigualdade de renda no Brasil entre 2004 e 2008



Fonte: MPS apud SÁTYRO e SOARES (2009a)

Segundo Sátyro e Soares (2009a), o crescimento do número de beneficiados pelo programa se deve ao crescimento do salário mínimo, que desde 1994, e principalmente desde 2003, cresceu acima da inflação e da renda média. Já que o BPC corresponde a um quarto do salário mínimo, o aumento deste provoca a expansão do BPC. A razão da mudança de maior número de beneficiários do Sudeste para o Nordeste é que por ser mais urbano, inicialmente o BPC priorizava o Sudeste, voltando-se para o Nordeste a partir do ano 2000.

Um outro problema recorrente na sociedade brasileira está relacionado ao trabalho infantil e, conseqüente, abandono dos estudos por parte de crianças e adolescentes. Segundo Barros e Mendonça (2009), cerca de 5 milhões de crianças brasileiras com idade entre 5 e 14 anos – em torno de 14% do total de crianças nessa faixa etária – estavam realizando atividades econômicas no início dos anos 90. Desde então, vem sendo realizados estudos para combater o trabalho infantil.

Dentre as iniciativas mais importantes do governo brasileiro encontram-se a participação do Brasil no Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) desde 1992; a mudança da Constituição, em 1988, determinando 16 anos como idade mínima para entrar no mercado de trabalho e 14 anos se for na condição de aprendiz; e a ratificação das Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) 182 e 138, de 2000 e 2002, respectivamente, que dão

mais sustentação ao combate e eliminação do trabalho infantil no Brasil [(Barros e Mendonça, 2009); (OIT Brasil 2010)].

Por fim, a iniciativa mais importante foi a criação, no ano de 2000, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que tem como objetivo retirar toda criança e adolescente com idade entre 7 e 14 anos, dos trabalhos que os coloquem em situação de risco para a saúde e segurança e possibilitar que essas crianças e jovens não só tenham acesso à escola, mas também que tenham permanência e bom desempenho, além de desenvolver atividades extraclasse ligadas à cultura, esporte, artes e lazer – jornada ampliada. O programa não só se restringe aos mais novos, também fornece apoio e orientação para as famílias através da oferta de ações sócio-educativas. O Peti fornece uma bolsa mensal para cada filho que tenha entre 7 e 14 anos e esteja na situação de trabalho já descrita anteriormente, priorizando as famílias que apresentem renda *per capita* de até meio salário mínimo. Assim, a família recebe a bolsa quando apresenta filhos nessas condições e, em contrapartida, as crianças devem ser retiradas do trabalho, frequentar as aulas e a jornada ampliada; as famílias devem participar das atividades sócio-educativas e dos programas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda oferecidos pelo Peti. Deste modo, a importância desse programa não está só em erradicar o trabalho infantil, mas também oferecer iniciativas para a inclusão e o desenvolvimento social das famílias (MTE, 2010). Em dezembro de 2005 o Peti foi integrado ao Programa Bolsa Família, com a finalidade de racionalizar a administração dos dois programas, mas sem perder a especificidade e o foco de cada um (MDS, 2010b).

Desde 1992, ano de introdução do primeiro programa de erradicação do trabalho infantil, ocorreu uma diminuição do trabalho infantil. De acordo com Barros e Mendonça (2009), essa queda no trabalho infantil é resultado dos programas específicos, como o Peti, que foram responsáveis por 80% dessa redução nesse período observado, mas também, devido as melhores condições socioeconômicas das famílias, responsáveis por 20% da diminuição do trabalho de crianças e adolescentes. E mesmo com essa redução do trabalho infantil, ainda há cerca de 1,7 milhão de crianças brasileiras trabalhando, e além da queda no trabalho infantil, houve a diminuição da taxa de analfabetismo infantil, que segue em declínio desde o início da década de 90.

Enfim, as políticas de transferências de renda, incluindo as pensões, aposentadorias e os programas sociais – como o BPC e o PBF – são responsáveis

pela diminuição de um terço da desigualdade na distribuição brasileira nos últimos anos. Essa mudança é resultado tanto do aumento dos benefícios que são indexados ao salário mínimo (pensões, aposentadorias e BPC), quanto pela expansão da cobertura dos programas sociais. Em 2008, o PBF disponibilizou em torno de R\$ 12 bilhões para o atendimento de cerca de 11 milhões de famílias (TAVARES, PAZELLO, FERNANDES, CAMELO, 2009). De acordo com Hoffmann (2005), os programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família, correspondem a cerca de 10% a 20% da queda da desigualdade.

Segundo Sátyro e Soares (2009b), quando se decompõe o coeficiente de Gini, a renda do trabalho foi responsável por cerca de 73% da queda da desigualdade no período entre 1995 e 2004. Já o PBF que em 2004 correspondia a apenas 0,5% da renda das famílias, foi responsável pela diminuição de 19% da desigualdade. E o BPC, correspondente a 0,3% da renda domiciliar em 2004 foi responsável por 7% da diminuição da desigualdade.

Além das transferências de renda citadas anteriormente, há também os rendimentos provenientes das aposentadorias e pensões, que correspondem a uma parcela significativa do rendimento domiciliar *per capita*.

Segundo Hoffmann (2009), a participação percentual das aposentadorias e pensões na renda total dos domicílios era de 15,2% em 1997, crescendo para 18,5% em 2001, e 19,8% em 2003. Porém, o autor destaca que há controvérsias na literatura em relação à contribuição das aposentadorias e pensões para diminuir a desigualdade de renda no Brasil, apontando trabalhos que indicam essa parcela da renda total como responsável pelo aumento da desigualdade, enquanto outros indicam o contrário.

Deste modo, a seção 3 deste trabalho apresenta a razão de concentração das aposentadorias e pensões na renda domiciliar *per capita* para o período de 2004 a 2008, permitindo analisar sua contribuição para a desigualdade da distribuição de renda no país.

2. Considerações metodológicas

A base de dados utilizada neste artigo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004 a 2008. Essa pesquisa é realizada anualmente e tem como objetivo apresentar informações básicas sobre o desenvolvimento

socioeconômico do Brasil. A PNAD é realizada desde 1971, e desde 2004 abrange todo o território nacional, inclusive a zona rural da região Norte do país que não fazia parte das pesquisas anteriores, possibilitando também a realização dos primeiros estudos sobre transferências de renda com dados a nível nacional. Entretanto, neste estudo essa área rural é desconsiderada, para que assim, os resultados deste trabalho possam ser relacionados com resultados de outros trabalhos já existentes⁴.

Duas observações são importantes: a) as fontes de renda domiciliar são compostas pelo trabalho principal, outros trabalhos, aposentadorias e pensões, aluguéis, doações e outros rendimentos, recortadas neste trabalho em trabalho principal, transferências (aposentadorias e pensões) e outros rendimentos (inclui transferências condicionadas de renda); e b) a técnica utilizada é a da decomposição do Índice de Gini, efetuada por Ferreira (2003) e Ferreira e Souza (2008, 2010).

Segundo os autores mencionados, um componente contribui para reduzir a disparidade na distribuição de renda quando sua razão de concentração é menor que o índice de Gini total, e apresenta o comportamento oposto quando a razão de concentração supera o Gini total.

O coeficiente de Gini utilizado na decomposição do rendimento domiciliar *per capita* é uma medida de concentração de renda que varia entre 0 e 1, sinalizando menor disparidade distributiva ao aproximar-se de 0 e completa desigualdade de renda ao igualar-se a 1, ou seja, 0 significa, hipoteticamente, que todos os indivíduos têm a mesma renda e 1 mostra que apenas um indivíduo tem toda a renda de uma sociedade.

3 Resultados e discussão

A partir da revisão da literatura específica e da aplicação da técnica de pesquisa referida, segue-se a análise dos resultados. Entretanto, como o foco deste trabalho são as políticas de transferências de renda e mercado de trabalho,

⁴ A limitação em se estudar o assunto é que os dados sobre transferências condicionadas de renda entram na categoria “outros rendimentos” da PNAD, que inclui também rendas de capitais como os juros de aplicações financeiras e dividendos.

apresentam-se e discutem-se apenas os resultados referentes ao trabalho principal e as transferências de renda – aposentadorias e pensões, e outros rendimentos, do qual fazem parte as transferências condicionadas de renda.

A tabela 1 apresenta os componentes da renda e a sua participação no rendimento domiciliar *per capita* para a área urbana do Brasil, e a tabela 2 apresenta essa mesma decomposição para a sua área rural.

A partir dos dados dos componentes da renda domiciliar para os setores urbano e rural, observa-se três pontos importantes. Primeiro, nos dois setores a maior parcela da renda é proveniente do trabalho principal, seguido de aposentadorias e pensões e, por fim, outros rendimentos. O destaque aqui é que em todos os anos, a renda do trabalho principal dos residentes na área urbana sempre foi maior que a renda do trabalho principal dos moradores da zona rural, enquanto que a renda proveniente de aposentadorias e pensões e outros rendimentos foi maior para o setor rural em todo o período.

Tabela 1 – Participação percentual do trabalho principal e das transferências de renda no total da renda domiciliar *per capita* – Brasil urbano: 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	73.6	73.1	73.2	74.4	73.8
Transferências	20.8	21.2	21.1	20.4	21
Aposentadorias/pensões	19.4	19.6	19.1	19	19
Outros rendimentos	1.4	1.6	2	1.4	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira;Souza (2010)

Segundo, de 2004 a 2008, na zona urbana houve manutenção da participação da renda proveniente do trabalho, com crescimento de apenas 0,2 p.p. (de 73,6% para 73,8%), enquanto que no âmbito rural, a participação percentual do trabalho principal caiu 3,6 p.p. (de 69,3% para 65,7%).

Tabela 2 – Participação percentual do trabalho principal e das transferências de renda no total da renda domiciliar *per capita* – Brasil rural: 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	69.3	68	66.3	66.1	65.7

Transferências	26	27	28.6	29.6	29.9
Aposentadorias/pensões	22.1	22.6	23.5	24.1	25
Outros rendimentos	3.9	4.4	5.1	5.5	4.9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira;Souza (2010)

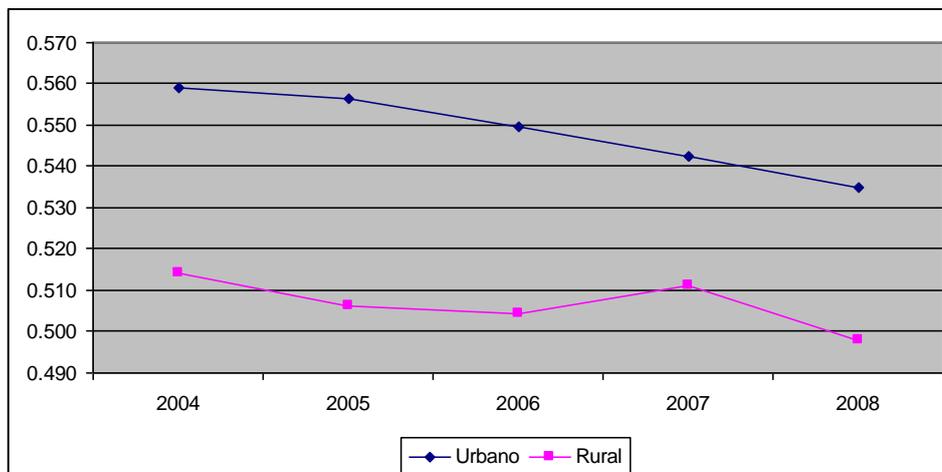
Finalmente, tem-se a participação da renda proveniente das transferências de renda. Na área urbana houve uma pequena queda de 0,4 p.p. da participação das aposentadorias e pensões e uma maior variação nos outros rendimentos, indicando um crescimento de 0,6 p.p. na participação da renda proveniente dos programas de transferências condicionadas. Na zona rural, as aposentadorias e pensões e outros rendimentos apresentaram um crescimento de, respectivamente, 2,9 p.p. e 1 p.p. De tal modo, percebe-se que no setor rural, a participação das transferências de renda que correspondiam a 26% da renda domiciliar *per capita* em 2004, passaram a participar com 29,9% da renda em 2008, ao passo que na área urbana, a participação dessas transferências cresceu apenas de 20,8% em 2004 para 21% em 2008.

De todo modo, os dados indicam a maior dependência da área rural em relação às políticas sociais de renda e seu contrário em relação aos rendimentos advindos do trabalho.

A figura 6 apresenta o coeficiente de Gini segundo a renda domiciliar *per capita* para áreas urbanas e rural do Brasil. Em todo o período, o coeficiente para a zona urbana foi maior que para a zona rural, indicando uma maior desigualdade na distribuição de renda dos indivíduos residentes nas cidades. O Gini urbano apresentou queda de 4,3% entre 2004 e 2008, enquanto que o Gini rural diminuiu 3,11%. Esses valores obtidos para o período de 2004 a 2008 corroboram com a literatura apresentada que aponta queda da desigualdade desde 1993 [(RAMOS e MENDONÇA, 2005); (ARBIX, 2007); (FERREIRA, LEITE, LITCHFIELD e ULYSSEA, 2006)].

Figura 6 – Coeficiente de Gini urbano e rural – Brasil: 2004-2008

queda na desigualdade de renda no Brasil entre 2004 e 2008



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira;Souza (2010)

Essa queda na desigualdade expressa pelo coeficiente de Gini está relacionada com a redução do número de pobres e indigentes, notadamente nos anos mais recentes, conforme já observado anteriormente nos dados referentes a esses indicadores.

Com a utilização dos valores do Gini, podemos medir a razão de concentração de cada componente da renda domiciliar *per capita*. Deste modo, quando a razão de concentração do componente for maior que o valor do Gini, indica que essa parcela do rendimento contribui para a concentração de renda, caso contrário (razão de concentração menor que o Gini), o componente contribui para uma melhor distribuição da renda.

A tabela 3 mostra a razão de concentração de cada componente da renda domiciliar *per capita* para o Brasil urbano. As áreas sombreadas indicam que, no ano, o valor da razão de concentração foi menor que o coeficiente de Gini. Logo, em todos os anos, as rendas do trabalho principal e dos outros rendimentos contribuíram para uma melhor distribuição de renda, diferente das aposentadorias e pensões, que colaboraram para a concentração de renda.

A mesma razão de concentração é utilizada na tabela 4 para dados referentes ao âmbito rural. Para esse setor, em todo o período observado, os outros rendimentos, que incluem as transferências de renda, como o Bolsa Família, foram responsáveis por contribuir para a melhor distribuição de renda, já o trabalho principal não

apresentou a mesma característica da área urbana e contribuiu para concentrar a renda, e as aposentadorias e pensões, assim como no meio urbano também contribuíram para a concentração de renda.

Tabela 3 – Razão de concentração na decomposição do coeficiente de Gini do rendimento domiciliar *per capita* – Brasil urbano: 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	0.544	0.541	0.54	0.533	0.522
Aposentadorias/pensões	0.59	0.582	0.573	0.561	0.558
Outros rendimentos	0.214	0.293	0.162	0.116	0.25
Coeficiente Gini	0.559	0.556	0.55	0.543	0.535

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira;Souza (2010)

Tabela 4 – Razão de concentração na decomposição do coeficiente de Gini do rendimento domiciliar *per capita* – Brasil rural: 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	0.517	0.506	0.508	0.52	0.502
Aposentadorias/pensões	0.574	0.573	0.573	0.55	0.569
Outros rendimentos	0.021	0.092	0.021	0.139	-0.016
Coeficiente Gini	0.514	0.506	0.504	0.511	0.498

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira;Souza (2010)

Portanto, de acordo com os dados das duas tabelas anteriores, pode-se observar que tanto na área urbana quanto no meio rural, as aposentadorias e pensões contribuíram para a concentração de renda. No entanto, espera-se que, assim como os programas de transferências condicionadas de renda, aposentadorias e pensões contribuam para melhorar a vida das pessoas.

De acordo com França (2011), a Previdência Social é atualmente o maior programa de redistribuição de renda no Brasil e seus benefícios são comparáveis aos

resultados dos programas sociais. O autor destaca que nos domicílios rurais, o rendimento das famílias que vivem com idosos é 44% maior que nas casas que não residem idosos, devido ao recebimento da aposentadoria, e segundo pesquisa do IPEA de 2005, as aposentadorias são responsáveis ou ajudam a apoiar a renda de aproximadamente dois milhões de famílias na área rural. Enfim, as aposentadorias contribuíram para que cerca de vinte milhões de indivíduos saíssem da linha de pobreza. De tal modo, mesmo colaborando para o rendimento domiciliar, as aposentadorias e pensões ainda contribuem para a concentração de renda.

Considerações Finais

A questão da desigualdade na distribuição de renda é um dos grandes problemas socioeconômicos enfrentados pela sociedade brasileira. Partindo do objetivo de avaliar o efeito das políticas de transferências de renda sobre a desigualdade da distribuição de renda no Brasil, este artigo expôs a participação dos componentes da renda domiciliar *per capita*, notadamente a renda do trabalho principal e das transferências de renda, identificando quais dessas parcelas foram responsáveis por uma melhor distribuição de renda no país no período de 2004 a 2008.

Os resultados obtidos para os anos entre 2004 e 2008, apontam para a manutenção da renda proveniente do trabalho principal na área urbana, componente que contribuiu para melhorar a distribuição de renda, assim como os programas de transferências condicionadas de renda, e somente as aposentadorias e pensões colaboraram para a concentração de renda, apesar das controvérsias acadêmicas sobre o assunto.

A área rural apresentou queda da participação do trabalho principal na composição da renda e aumento das rendas das aposentadorias e pensões e dos outros rendimentos, indicando uma maior dependência da zona rural em relação aos rendimentos provenientes das políticas de transferências de renda, e o oposto em relação aos rendimentos do trabalho. Na análise da razão de concentração, apenas os outros rendimentos contribuíram para diminuir a desigualdade na distribuição de renda.

Por fim, nas áreas urbana e rural do Brasil, os programas de transferências de renda como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o Peti, são

importantes para combater a desigualdade de renda nos âmbitos urbano e rural do país, condizendo com os autores estudados ao longo da pesquisa, o que ressalta a relevância das políticas sociais de transferência de renda para a população brasileira.

Referências Bibliográficas

- ARBIX, Gabriel. A queda recente da desigualdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64, p. 132-139, junho de 2007.
- BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.117-147, junho de 2006.
- _____. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (texto para discussão n. 1256).
- BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, n.41, novembro de 2009.
- BRASIL. **Boletim do Banco Central**. Disponível na internet via <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM1996>>. Acesso em 20 de julho de 2010.
- CARDOSO Jr., José Celso. **De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (texto para discussão n. 1310).
- FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001**. Piracicaba, 2003. 136 p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. “Aposentadorias e pensões” e desigualdade de renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n.1, p. 41-66, jan/abr. 2008.
- _____. **Dados da decomposição do Índice de Gini. Brasil: 2004-2008**. Londrina: UEL, 2010. (mimeo).
- FERREIRA, Francisco H. G.; LEITE, Phillippe G.; LITCHFIELD Julie A.; ULYSSEA, Gabriel. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 147-169, junho de 2006.
- FRANÇA, Álvaro Sólon de. **Previdência Social: 88 anos combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais**. Disponível na internet via <http://www.anfip.org.br/publicacoes/noticias/publicacoes_artigosindex.php?id=20494>. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

- HOFFMANN, Rodolfo. As transferências não são a principal causa da redução da desigualdade. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, junho de 2005.
- _____. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.1 (35), p. 213-231, abril de 2009.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. Disponível na internet via <http://www.iets.org.br/article.php?id_article=915>. Acesso em 12 de julho de 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível na internet via <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 10 de julho de 2010.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. Distribuição de renda no Brasil dos anos 80. **Revista de Economia Política**, v.14, n.3 (55), p. 134-140, julho-setembro de 1994.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, ed.79, p. 5-21, novembro de 2007a.
- _____. **Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Brasília: IPEA: 2007b (texto para discussão n. 1283).
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME. Disponível na internet via <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 05 de julho de 2010a.
- _____. Disponível na internet via <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/peti/integracao-peti-e-bolsa-familia>. Acesso em 21 de julho de 2010b.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível na internet via <http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp_prog_peti.asp>. Acesso em 21 de julho de 2010.
- NERI, Marcelo. Causas da queda recente da desigualdade. **Conjuntura Econômica**, v.61, n.03, p. 41-43, março de 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – BRASIL. Disponível na internet via <http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/ipec/errad_trabin.php>. Acesso em 20 de julho de 2010.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO/IBGE. Disponível na internet via <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 27 de junho de 2010.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS/IBGE. Disponível na internet via <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em 15 de julho de 2010.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- RAMOS, Lauro; MENDONÇA, Rosane. (Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Orgs). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

- REIS, Alessandra C. E. dos; DAL RI, Neusa Maria. Educação e política de transferência condicionada de renda no Brasil. **Educere et Educare: Revista de Educação**, Cascavel, v.3, n.6, p. 241-255, julho-dezembro de 2008.
- SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. **Seminário População, Pobreza e Desigualdade**, Belo Horizonte, novembro de 2007. Disponível na internet via <http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/abep_1019.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2010.
- SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **Análise do impacto do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada na redução da desigualdade nos estados brasileiros – 2004 a 2006**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009a (texto para discussão n. 1435).
- _____. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009b (texto para discussão n. 1424).
- TAVARES, Priscila A; PAZELLO, Elaine T.; FERNANDES, Reynaldo; CAMELO, Rafael de S. Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.39, n.1, p.25-58, abril de 2009.